



**INDICAÇÃO IND 2459/2019 2019**

**(Da Sra. Deputada Júlia Lucy)**

**Sugere, ao Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, por intermédio da Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Distrito Federal, que apure supostas denúncias de prática de crime ambiental na Área de Relevante Interesse Ecológico da Granja dos Ipês.**

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art. 143 do Regimento Interno, sugere ao Governador do Distrito Federal, por intermédio da Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Distrito Federal, **que apure supostas denúncias de prática de crime ambiental na Área de Relevante Interesse Ecológico da Granja dos Ipês.**

**JUSTIFICAÇÃO**

Desde a criação de Brasília em 1960, a região do DF que envolve as áreas da Granja do Ipê, CAUB e Riacho Fundo passou por diferentes tipos de ocupação. Sua poligonal faz fronteiras com CAUB I, Riacho Fundo, SMPW, Recanto das Emas e Núcleo Bandeirante.

Em 1998, após inúmeras consultas e pareceres, graças as ativas participações da Universidade da Paz (UNIPAZ) e moradores da comunidade, a região foi decretada como Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) com área de 1.143,82 ha, por meio do Decreto nº 19.431 de 15 de julho de 1998, do Governador Cristovam Buarque.

A ARIE possui um extraordinário acervo ambiental de grande importância para a rede hídrica do DF, com mananciais e dois relevantes córregos: Capão Preto e



Ipê que, juntos, formam o córrego Coqueiro, único afluente com água de qualidade do Riacho Fundo, segundo relatório da CAESB.

Pesquisas identificaram uma flora exuberante, como a arnica (*Lychnophora* sp, uma espécie em extinção) e o capim dourado (*Syngonanthus nitens*, uma espécie dos campos úmidos utilizada no artesanato). A fauna apresenta espécies ameaçadas como tamanduá-bandeira, macaco bugio, lobo guará, raposas, além de grande diversidade de pássaros, pequenos répteis, anfíbios e insetos.

Ainda dentro da ARIE Granja do Ipê está situada a Mesa JK, local de extrema relevância histórica para Brasília, pois ali aconteciam reuniões ministeriais e despachos com autoridades do presidente Juscelino Kubistchek, à época do início da construção da capital.

Finalmente, na ARIE foram identificados por pesquisadores pelo menos dois sítios arqueológicos pré-colombianos, ainda carentes de uma pesquisa mais aprofundada. Nesse momento o Iphan está fazendo um reconhecimento da área para efetuar um registro mais detalhado e determinar as ações de pesquisa e conservação a serem tomadas.

Diversos relatos obtidos em reuniões ocorridas na região dão conta estas riquezas correm o risco de desaparecer devido à avidez de especuladores imobiliários e grileiros de terra que vêm na expansão desenfreada de Brasília uma fonte de enriquecimento fácil, gerando impactos ambientais sem a mínima ordenação ou planejamento.

Diante do exposto, solicita que seja verificada a suposta denúncia de prática de crime ambiental na referida região, conforme consta no relatório em anexo.

Sala das sessões, em                      de                      de 2019.

**Deputada Júlia Lucy**  
**NOVO**

Setor Protocolo Legislativo  
IND Nº 24591/2019  
Folha Nº 028

## ANEXO I – HISTÓRICO DAS AÇÕES DE PRESERVAÇÃO E PROTEÇÃO DA ARIE GRANJA DO IPÊ

Desde a criação de Brasília em 1960, a região do DF que envolve as áreas da Granja do Ipê, CAUB e Riacho Fundo passam por diferentes tipos de ocupação.

Em 1998, após inúmeras consultas e pareceres, graças as ativas participações da Universidade da Paz (UNIPAZ) e moradores da comunidade, a região foi decretada como Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) com área de 1.143,82 ha, por meio do Decreto nº 19.431 de 15 de julho de 1998, do Governador Cristovam Buarque.

A ARIE é um patrimônio ambiental, histórico, cultural e arqueológico. Sua poligonal faz fronteiras com CAUB I, Riacho Fundo, MSPW, Recanto das Emas e Núcleo Bandeirante. Nesta região, a noroeste da ARIE da Granja do Ipê, localiza-se a Fazenda Sucupira, área sob o domínio da EMBRAPA.

A ARIE possui um extraordinário acervo ambiental de grande importância para a rede hídrica do DF, com mananciais e dois relevantes córregos: Capão Preto e Ipê que, juntos, formam o córrego Coqueiro, único afluente com água de qualidade do Riacho Fundo, segundo relatório da CAESB.

Pesquisas identificaram uma flora exuberante, como a arnica (*Lychnophora* sp, uma espécie em extinção) e o capim dourado (*Syngonanthus nitens*, uma espécie dos campos úmidos utilizada no artesanato) e muitas outras distribuídas em diversas fitofisionomias do ameaçado bioma Cerrado. A fauna apresenta espécies ameaçadas como tamanduá-bandeira, macaco bugio, lobo guará, raposinhas, além de grande diversidade de pássaros, pequenos répteis, anfíbios e insetos.

Ainda dentro da Arie Granja do Ipê está situada a Mesa JK, dentro da mata de galeria que rodeia inúmeras nascentes do córrego Capão Preto. Um local lindo e bucólico, um verdadeiro Santuário. A Mesa JK é de extrema relevância histórica da memória de Brasília, pois ali aconteciam reuniões ministeriais e despachos com autoridades do presidente Juscelino Kubistchek, à época do início da construção da capital. Relatos afirmam que nas noites de lua e nas tardes quentes dos períodos das secas havia serestas no local. Trata-se de uma estrutura de concreto e alvenaria rodeada de nascentes perenes de água puríssima e cristalina.

Finalmente, na ARIE foram identificados por pesquisadores pelo menos dois sítios arqueológicos pré-colombianos, ainda carentes de uma pesquisa mais aprofundada. Nesse momento o Iphan está fazendo um reconhecimento da área para efetuar um registro mais detalhado e determinar as ações de pesquisa e conservação a serem tomadas.

Estas riquezas naturais e patrimoniais correm o risco de desaparecer devido à avidez de especuladores imobiliários e grileiros de terra que enxergam na expansão desenfreada de Brasília uma fonte de enriquecimento fácil, contando com uma suposta omissão do poder público.

Para contrapor estas ações, surgiu um movimento comunitário intitulado **“Movimento Diálogos da Comunidade Granja do Ipê – por uma gestão participativa”**, que aglutina ações de responsabilidade e preservação deste que é um patrimônio de todos os brasileiros.

Este movimento é composto por diversos atores que representam associações, instituições públicas (em vários níveis) e privadas, dentre elas a Associação dos Produtores da Agrovila I, a Universidade da Paz - UNIPAZ, o IPHAN, a Secretaria de Agricultura (SEAGRI), o IBRAM, Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMARH), membros da EMATER, Instituto Brasília Sustentável BIOMAS, Professores e alunos da Escola do CAUB e do Riacho Fundo II, além de representantes de parlamentares distritais e federais, ICMBio, Polícia Militar e outros parceiros sensíveis à questão.

## II. Cronologia

Mesmo após tornar-se uma ARIE, a unidade de conservação vem sofrendo inúmeras alterações pela ocupação desordenada: retirada predatória de cascalho, desmatamento do cerrado nativo para agricultura, queimadas antrópicas, intensa retirada de espécies da flora para comercialização, lazer predatório, lançamento de lixo e restos de abatedouros clandestinos, desova de carros roubados, “rallies” de motocross sobre vegetação nativa, caça e o uso indiscriminado dos recursos hídricos, incluindo construções não autorizadas em Áreas de Preservação Permanente (APP), causando degradação ambiental e redução da biodiversidade.

O processo desencadeado pela expansão imobiliária, juntamente com o elevado interesse pela ocupação de suas terras no mercado imobiliário resultam em um grave conflito que se apresenta em diferentes faces, envolvendo atores públicos e privados, e que se faz presente nas diversas políticas públicas setoriais atuantes na área, “como se estivesse sempre em discussão qual seria a adequada destinação para a mesma.”<sup>1</sup>

Desde a sua fundação em 1960, assistimos em Brasília alguns dos problemas existentes em outras cidades brasileiras, tais como o rápido crescimento e expansão urbana sem planejamento, a ocupação com loteamentos irregulares e clandestinos sem qualquer infraestrutura básica. Para complicar, a pluralidade de regimes jurídicos das terras que constituíram o quadrilátero do Distrito Federal propiciou a ocupação irregular e suas conseqüentes anomalias: terras não discriminadas, terras públicas adquiridas em comum e não submetidas a um processo legal de divisão, e terras públicas arrendadas para uso rural. Apresentamos a seguir uma sucinta cronologia:

<sup>1</sup> PRADÉ- Plano de recuperação de áreas degradadas, realizado pela NCA Engenharia

. 1986 - foi iniciada a implantação do projeto do CAUB – Combinado Agro Urbano, para permitir o acesso à terra aos produtores rurais de baixa renda, com a função de produzir alimentos. O CAUB originou-se de um projeto da Secretaria da Fazenda do GDF. No projeto, o CAUB ocuparia as terras públicas da Granja do Ipê e do Riacho Fundo, através de glebas que se distribuiriam ao longo da EPCT, em área próxima ao que mais tarde vieram a constituir as Administrações Regionais do Recanto das Emas e do Riacho Fundo II.

. 1987 - o Governador José Aparecido destina a Área da Residência Oficial da Granja do Ipê para a Fundação Cidade da Paz, a fim de desenvolver ali os projetos e programas da UNIPAZ. Como é do conhecimento de V. Ex., a Fundação Cidade da Paz – FUNCIPAZ é uma entidade não governamental, de Utilidade Pública, sem fins lucrativos, criada em 1987, mantenedora da Universidade Holística Internacional da Paz – UNIPAZ, cujo Reitor à época era Pierre Weil. Atualmente Roberto Crema é o Reitor da UNIPAZ, que é a terceira Universidade da Paz no mundo, cumprindo a sua vocação de educar para a paz e semear os ideais de uma cultura de paz e não violência nos indivíduos, na sociedade e no meio ambiente.

. 1992 – No ano da Rio-92, a UNIPAZ encaminha documento à Secretaria de Meio Ambiente do GDF, cujo Secretário era Chico Floresta, sugerindo a criação da ARIE Granja do Ipê.

Realizou-se o EIA-RIMA que analisou três potenciais regiões para a formação de novos núcleos urbanos: o Setor Habitacional Recanto das Emas, o Setor Habitacional Catetinho e o Setor Habitacional Ipê. Na época, a região conhecida como “Setor Habitacional do Ipê” havia sido classificada pelo Plano Diretor Provisório do DF – Plano de ORDENAMENTO Territorial – POT- aprovado pelo CAUMA (Conselho de Arquitetura Urbanismo e Meio Ambiente) em fevereiro de 1992, como área rural, juntamente com o Setor Habitacional Recanto das Emas. Já o Setor Habitacional Catetinho foi classificado como área urbana. Em seu parecer, o Relatório de Impacto Ambiental, a que nos referimos acima, concluiu que “com base nesse diagnóstico, foi descartada para ocupação urbana o Ipê (Granja do Ipê)”<sup>2</sup>, enquanto que para as demais áreas que foram objeto de análise daquele trabalho – Recanto das Emas e Catetinho - o documento concluiu pela ocupação urbana.

. 1993 – Desapropriação de 54 chácaras do CAUB I e Interrupção das negociações no processo de indenizações aos agricultores alienados.

. 1995 – DECRETO Nº 19.431 de 15 de julho de 1998 – ASSINADO PELO GOVERNADOR CRISTOVAM BUARQUE e o SECRETÁRIO DE MEIO-AMBIENTE CHICO FLORESTA.

Fazemos um parêntese para trazer a seguinte reflexão: a grande oferta de lotes pelo poder público até 1994, de certo modo inibiu o processo de ocupações irregulares, e o estudo de Brasília realizado pelo IPEA observa ainda que “sendo o Poder Público proprietário de grande parte das terras ocupadas irregularmente, em princípio teria as condições básicas para regularizar a posse”<sup>3</sup>.

<sup>2</sup> Relatório de Impacto Ambiental

<sup>3</sup> “Gestão do Uso do Solo e Disfunções do crescimento urbano” – Caderno 3 - Ipea

No processo de regularização tem relevância a lei de 1995 que possibilita a venda a ocupantes, sem necessariamente passar por licitação. “Após 1994, não tendo havido oferta de novos espaços para moradia de baixa renda, os pobres e excluídos do sistema formal de acesso à moradia passaram a invadir terras públicas, fazendo proliferar invasões na sede e na periferia das cidades satélites e do aglomerado urbano, inclusive como nova onda de privatizações de terras públicas.”<sup>3</sup>

Desde sua fundação, Brasília tem uma história cheia de contradições no uso e na ocupação territorial. Em decorrência deste fato, as áreas de preservação ambiental apresentam-se como áreas alvo, de enorme atrativo econômico para possíveis invasões ilegais, com a desculpa de atender a demandas habitacionais reprimidas. Isto pode gerar riscos para essas áreas e até mesmo a resignificação de seu uso, como ocorreu com o rezonamento da APA do São Bartolomeu (Lei Distrital nº 1.149 de 11/07/1996), que possibilitou a ocupação urbana, de fato, de grande parte das áreas já ocupadas mediante loteamentos clandestinos.<sup>3</sup>

A ARIE Granja do Ipê encontra-se parcialmente na região da sub-bacia do Riacho Fundo, ocupando parte da Bacia do Paranoá. Convém aqui lembrar que, de acordo com a política territorial do DF, a região que pertence à Bacia do Paranoá foi preservada do adensamento populacional com o objetivo de evitar maiores aglomerações urbanas em torno do Plano Piloto e a poluição dos corpos hídricos formadores do Lago Paranoá.

. **1997** – Extinção da denominação CAUB I como área rural e substituição por Colônia Agrícola do Catetinho – Lei distrital 1480;

**1999** – INVASÃO DA ARIE COORDENADA PELA AACATE – “Associação dos Produtores Rurais da Colônia Agrícola do Catetinho”, com barracos construídos nas madrugadas (pela manhã havia até roupas em varais).

.Março de 1999 – Remoção da invasão pelo Governo Roriz, à partir de mobilização da Universidade da Paz e de moradores do Caub, com o apoio do então Secretário de Meio Ambiente Antonio Barboza e do Secretário de Agricultura Agnaldo Lelis.

. **2000/2001** – ELABORAÇÃO DO ZONEAMENTO AMBIENTAL E DO PRAD – Plano de Recuperação de Áreas Degradadas pela NCA Engenharia. A Audiência Pública para apresentação dos estudos foi realizada no dia 11/08/2001, nas dependências da UNIPAZ.

Transcrevemos parte do documento que trata pontualmente desta abordagem:

...“O estabelecimento de um Zoneamento nesta fase, anterior à execução de um Plano de Manejo, considerou o uso atual da unidade de conservação, tendo como objetivo uma maior proteção para a área. Seu objetivo é estabelecer espaços que apresentem características comuns, que demandam graus distintos de intervenção e proteção, contribuindo assim para se atingir os objetivos da Unidade.

Nesta fase do Zoneamento sugere-se instalação de cinco zonas, baseando-se apenas no uso atual da unidade de conservação.

Vale ressaltar que o Zoneamento, nesta fase, tem caráter técnico por estar baseado apenas nos conhecimentos já disponíveis sobre a área e na visão da equipe de planejamento sobre o estado atual de conservação da mesma. A sua validação depende da participação dos atores relevantes envolvidos e, em sendo assim, o zoneamento não deve ser um processo estático, e sim dinâmico devendo ser revisto e modificado ao longo das próximas etapas de planejamento da unidade.

A proposta de Zoneamento, espacializada no Mapa de Zoneamento (Volume III do PRAD), estabelece as seguintes zonas:

- Zona de Preservação.
- Zona de Recuperação Ambiental.
- Zona de Ocupação Restrita.
- Zona de Uso Sustentável.
- Zona de Uso Especial.”

. **2006** – PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL DA POLIGONAL DA ÁREA DE RELEVANTE INTERESSE ECOLÓGICO - **ARIE GRANJA DO IPÊ**

. **2007** – Criação da Rede de Abastecimento “Unipaz”: ação da Caesb, à partir de captação de água de lençol freático, mediante solicitação iniciativa da UNIPAZ, para trazer qualidade de água para a unidade pública de ensino Escola Classe Tia Neném, moradias da região e a própria UNIPAZ, que eram abastecidas por água de superfície.

. **2008** – ASSINATURA DO CONVÊNIO IBRAM. – UNIPAZ para a Realização de Relatório de Atualização do PRAD e implementação do Plano de Manejo a partir do Zoneamento Ambiental existente para a Arie Granja do Ipê.

. **2009** – O Governo do Distrito Federal, através da TERRACAP devolve as terras da Granja do Ipê para a Secretaria de Patrimônio da União – SPU.

Importante informar que nos Termos do Documento de Transferência de Propriedade do GDF para a União, não há referência à – ARIE Granja do Ipê como UNIDADE DE CONSERVAÇÃO.

Em Dezembro de 2009 - Renovação do Contrato de Concessão de Uso Do Solo entre a Secretaria de Patrimônio da União - SPU – DF e a UNIPAZ - Fundação Cidade da Paz, por cinco anos.

. **2010** - Implantação do Projeto de Revisão do Relatório do PRAD com vistas à publicação do Zoneamento Ambiental para a ARIE e implantação do PLANO DE MANEJO. Comissão formada pelo IBRAM, SECRETARIA DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL DO GDF e UNIPAZ.

. A SPU – DF faz uma “cessão de uso” de 11.7 hectares para AACATE - Associação dos Produtores do Catetinho. O Projeto apresentado pela AACATE é acolhido pela SPU-DF, sem o parecer do Órgão Ambiental, no caso o IBRAM. O propósito seria “a construção de viveiros e produção de mudas.”

. Importante esclarecer que a Secretaria de Agricultura (SEAGRI) já possui dentro da ARIE o maior viveiro de mudas do DF.

- **2011** - A AACATE (Associação dos Produtores Rurais do Catetinho) faz uma construção em Zona de Preservação (Zoneamento Ambiental - ZP), junto ao Sítio Arqueológico, em área cedida pela SPU-DF, sem anuência do Órgão Ambiental
- Junho - AACATE faz plantio de plantas exóticas e frutíferas para caracterizar ocupação, contrariando a prática de revegetação indicada no PRAD, e chama a imprensa para dar visibilidade e tentar legitimidade.
- Dezembro - A comunidade é informada de movimentações na área cedida à AACATE pela SPU-DF que denunciam a venda de glebas. Há rumores de invasão por grileiros no final do ano de 2011 aproveitando os períodos dos feriados. A comunidade do CAUB e o Movimento Diálogos informam ao IBRAM, à Secretaria de Meio Ambiente, à Polícia Militar, à Polícia Federal e à SPU-DF dessa ameaça. A imprensa é informada e noticia o fato.
- O Centro de Ensino Fundamental Agro Urbano no CAUB I desenvolve e apresenta com os alunos (crianças e jovens) um Programa de Estudos sobre a ARIE 2010/2011: "Projeto quem somos, de onde viemos e para onde vamos".
- A UNIPAZ comunica à SPU-DF e à SPU (Federal) o iminente risco de desvirtuamento para parcelamento urbano numa Unidade de Conservação, uma ARIE localizada dentro da APA do Planalto Central.

## 2012

- São feitas escavações para a construção de cisternas na ARIE por pessoas da AACATE na área do viveiro cedida pela SPU-DF.
- A AACATE solicita à CEB a instalação de eletricidade na ARIE, iniciativa incompatível com a vocação da Unidade de Conservação. A comunidade informa a CEB do risco de desvirtuamento pelas ações da AACATE, e a SPU - Federal.
- É identificada ação predatória no Córrego Ipê pelo pisoteio de animais que destroem a mata ciliar, e a retirada de madeira para fazer piquetes e moirões por pessoas da AACATE, indicando intenção de parcelamento e cercamento futuro.
- Abril - A Associação dos Produtores Rurais do CAUB I apresenta uma Representação no Ministério Público pedindo esclarecimentos e informando o que estava acontecendo na ARIE Granja do Ipê. No mesmo dia, fez outra Representação, desta feita na Polícia Federal.
- 23 de maio - A fachada da casa de um morador do CAUB I, que denunciava o desvirtuamento na ARIE, é alvo de atentado à balas de revólver, e o mesmo é vítima de intimidação e ameaça. O fato foi registrado na 29ª Delegacia de Polícia do Riacho Fundo I.
- A partir do mês de junho, a comunidade se organiza à partir de iniciativa da Universidade da Paz - UNIPAZ, o "Movimento Diálogos da Comunidade da Arie Granja do Ipê - por uma gestão participativa", com vistas a fortalecer um movimento de resistência aos desvirtuamentos decorrentes da pressão para parcelamento urbano. O "Movimento Diálogos" visa integrar todos os atores

para estabelecerem novos canais de comunicação, e portanto é aberto. Foram convidados para compor o “Movimento”: UNIPAZ, Associação dos Produtores Rurais do CAUB”, a Secretaria de Agricultura do GDF (SEAGRI), , Representantes da: Administração do Riacho Fundo I, Recanto das Emas, EMATER, SPU-DF, IBRAM, assessores parlamentares, moradores, membros da AACATE, Agenda 21 de Taguatinga e Vargem Bonita.

- Setembro – O grupo “Juventude da Agrovila I” elabora um documento em Power Point para informar a comunidade dos desvirtuamentos dentro da ARIE indicando grilagem de terra, e fotografa as ações.
- Outubro - Jovem da “Juventude Agrovila I” é agredida verbalmente e sofre assédio moral após a elaboração do trabalho, a família é atingida pela violência das acusações.
- Outubro – A Rede Globo, nos programas DF TV 1ª e 2ª edições, na série de reportagens “Flutuador” faz matérias na ARIE do Ipê, entrevistando moradores e mostrando a mesa do JK, as nascentes e explicando a sua importância para o sistema hídrico do DF e denunciando algumas ameaças, como o lançamento clandestino de entulho nas matas e o descarte ilegal de restos de abatedouros clandestinos nas marginais das pistas internas da ARIE.
- Novembro – A área destinada à AACATE é “piqueteada” por seus integrantes e parcelada com moirões, com numeração, indicando claramente parcelamento, glebas são vendidas, cisternas cavadas denunciam a intenção de ocupação (Vide Planta anexa e fotos).
- Dezembro – Surgem documentos e depoimentos de pessoas, que denunciam que vinte e três (23) novas chácaras dentro da ARIE Granja do Ipê foram cedidas pela SPU-DF para atividades outras, efetivando parcelamento interno irregular e venda de glebas dentro da UNIDADE DE CONSERVAÇÃO, caracterizando CRIME AMBIENTAL.
- Outubro 2012 - A Secretaria de Agricultura (SEAGRI) reivindica o retorno de parte da área da ARIE à União para poder efetivar um Projeto de Criação de Alevinos em parceria com o Ministério da Pesca.
- Rumores recentes e de procedência idônea denunciam que a SPU-DF cedeu terras da Arie Granja do Ipê para o Ministério do Exército, como permuta, para destinação diversa da preservação.
- Tentativa de invasão acontece no dia 2 de dezembro. Foram acionados: Polícia Militar (que flagrou a ação), a DEMA (que flagrou e elaborou relatório caracterizando a ação como “Crime Ambiental”, a Secretaria de Meio Ambiente, a Secretaria de Agricultura (SEAGRI), a SPU-DF, a SPU-Federal, o Senador Rodrigo Rollemberg, o Deputado Joe Valle (que encaminhou posteriormente carta pedindo esclarecimentos à Sra. Lúcia Carvalho), o Dep. Chico Vigilante e o Senador Cristovam Buarque, como autor do Decreto que criou a ARIE Granja do Ipê.
- No dia 22/Dez/2012 a comunidade realiza na Mesa JK, o “Abraço à Arie Granja do Ipê”, reunindo toda a comunidade e com a presença do senador Cristovam Buarque e a imprensa, como manifestação pública de atenção e cuidado para com a UC.
- Na edição de domingo (23/12/2012) o Jornal de Brasília publica reportagem de página inteira sobre o encontro na Mesa JK.

No dia 26/12/2012, às 14:00hs, na UNIPAZ foi realizado encontro do Movimento Diálogos com o Senador Cristovam Buarque, afim de que ele se inteirasse dos acontecimentos, pois foi o Senador quem assinou o Decreto que criou a ARIE. Ele assume com a comunidade o compromisso de apoiar o Movimento Diálogos, acompanhar os acontecimentos e tomar as iniciativas que julgar cabíveis.

### 2013

. **Janeiro** – O Movimento é recebido pelo IBRAM, da Gerência que decide indicar um representante para fazer o trabalho, pelo órgão ambiental, de conclusão do Relatório Para Zoneamento Ambiental, a ser publicado esse semestre por Ato Normativo do IBRAM.

. Neste mês também aconteceu uma nova tentativa parcelamento na ARIE, mediante solicitação junto à Administração do Riacho Fundo de alvará de construção dentro da ARIE. A mesma liberou e em seguida a revogou em função da mobilização de membros da comunidade.

. O Movimento Diálogos solicita ao Deputado Joe Valle, que convoque uma Audiência Pública para tratar da questão de desvirtuamento por tentativa de parcelamento da Arie Granja do Ipê.

#### . **Março** .

Um grupo da comunidade composta por seus representantes e acompanhada pelo representante do IBRAM realiza cavalgada na ARIE Granja do Ipê para identificar os problemas “in-loco” e realizar registro fotográfico atualizado.

. A comunidade se mobiliza e realiza manifestação diante do Palácio do Planalto pedindo apoio da Presidente Dilma, em função da expansão do Riacho Fundo, que gerará impacto na área considerada de “recarga” nos aquíferos da Arie Granja do Ipê, especialmente o Córrego Capão Preto. Os manifestantes foram recebidos na oportunidade pelo Dr. Vlamir, indicado pela Secretaria Geral da Presidência da República para fazer a interlocução.

. O Movimento Diálogos realiza a “Celebração das Águas da Arie e do Mundo” na sede UNIPAZ, com a participação de mais de 200 alunos das Escolas do CAUB e Riacho Fundo. A ANA apoia o evento doando material didático para os estudantes. A UNIPAZ distribui a Cartilha “Água Nossa de Cada Dia” com ilustrações do cartunista Ziraldo, a Escola Classe do CAUB realiza apresentação de teatro com seus alunos e texto de autoria do Prof. Anderson Nicaccio.

#### . **Abril**

. O gabinete do Dep. Joe Valle acata o pleito do Movimento e convida para participação, juntamente com representantes de outras Unidades de Conservação do DF, para reunião para tratarmos dos encaminhamentos para a Audiência Pública. O gabinete do Deputado Joe Valle marcou para o próximo dia 10 de maio às 15 horas a realização da mesma.

. O IPHAN recebeu a visita de representantes do Movimento Diálogos, reconhece a legitimidade e importância da demanda da comunidade para preservação dos Sítios Arqueológicos existentes na ARIE Granja do Ipê.

#### . **Maio**

Setor Protocolo Legislativo

IND Nº 24591/2019

Folha Nº 10

. Nos dias 2 e 3 de maio é realizada, com o IPHAN visita aos Sítios Arqueológicos da Arie, com vistas a identificar a exata localização dos mesmos e, assim, poder definir as linhas de trabalho. A visita incluiu a Mesa JK, localizada na nascente do Córrego Capão Preto e o campus da UNIPAZ, patrimônios históricos do início de Brasília.

Está agendada a continuação dos trabalhos para quinta feira próxima, dia 9 de maio com no IPHAN.

. Pedimos o apoio do Ministério Público do Distrito Federal, em Audiência na Prodema.

. O Movimento Diálogos decide apresentar todos os desafios para proteger e preservar a Arie, e solicita o olhar e a efetiva ação da Procuradoria da República no Distrito Federal confiando que este órgão fará justiça no sentido de preservar a ARIE Granja do Ipê e manter o CAUB com sua vocação de terra rural.

#### **2014 .**

. O Movimento se mobiliza para evitar construção de muro ao longo da pista, iniciativa do Sr. José Lírio Aguiar que "comprou" parte da cessão do Sr. Tarciso, morador antigo remanescente da Fundação Zoobotânica e consegue sustar a construção do mesmo.

. A Arie é invadida por cerca de 100 famílias da FETRAFE. O Movimento promove encontros e diálogos com vistas à saída das pessoas, especialmente junto à Casa Civil e Ibram. O conflito foi superado e as famílias se retiraram.

. O Movimento promove articulação entre todos os participantes e órgãos, inclusive o DER com vistas a promover o cercamento da ARIE e instalação de guarita, especialmente junto ao IBRAM.

. O Movimento encaminha Ofício solicitando à Presidência do Ibram a composição do Conselho Gestor da ARIE Granja do Ipê.

### **III. SITUAÇÃO DE RISCO**

A Arie Granja do Ipê continua a ser objeto de toda uma relação de interesses controversos que persistem, apesar do decreto e do Memorial Descritivo (MDE) que estabelece e oficializa a poligonal ter sido publicado no Diário Oficial do DF. Lembramos aqui que o documento que a criou é um decreto do governador Cristovam Buarque. Não há uma Lei publicada garantindo a ARIE, que seria um dispositivo mais efetivo politicamente, na verdade o Registro Cartorial da área relativa à poligonal publicada é a efetividade da existência da ARIE que se busca. Tudo isso deixa a região bastante vulnerável a desvirtuamentos de uso, apesar do EIA-RIMA, do PRAD, do MDE, da poligonal e do Zoneamento Ambiental que definiu as bases de um Plano de Manejo para a região.

A percepção dicotomizada e a falta de diálogo entre as instâncias governamentais locais (IBRAM e SEMARH) e federais SPU-DF e da clareza da responsabilidade pela gestão da ARIE entre GDF e União (SPU), de 2009 a 2012 fragilizou iniciativas importantes da comunidade, que passa a se organizar no Movimento Diálogos da Granja do Ipê - por uma gestão participativa, clamando pela preservação e pela suspensão dos atos de agressão que estão acontecendo na ARIE, bem como deseja a criação do CONSELHO GESTOR DA ARIE.

A ARIE Granja do Ipê e sua situação atual, assim como outras Unidades de Conservação dispõem de expressivos mecanismos legais de criação e de implantação, bem como de resistência aos desvirtuamentos: na Constituição Federal, através do Estatuto das Cidades, da política de Recursos Hídricos, da política ambiental, da lei que cria o Sistema de Unidades de Conservação (SNUC), nas leis federais; e nas leis regionais.

Brasília, por sua característica de ser capital federal, e ter parte de seu sítio tombado como Patrimônio da Humanidade pela Unesco, apresenta características muito peculiares.

No entanto, qual a real situação?

A Área de Relevante Interesse Ecológico – ARIE Granja do Ipê, foi criada pelo Decreto 19.431 de 15 de julho de 1998, assinado pelo então Governador CRISTOVAM BUARQUE cujo MDE 36/80 foi publicado no Diário Oficial em dezembro de 2004 .

A redação do MDE 36/80 (Memorial Descritivo) da ARIE definia a ARIE Granja do Ipê, onde estão registradas as poligonais, “totalizando uma área de 1.332,48 ha”, com a seguinte composição:

- ...“ a) Poligonal externa da Granja Modelo do Ipê mais a poligonal do Combinado Agrourbano – área equivalente a 1.136,022 ha;  
b) Poligonal da Residência Oficial – área equivalente a 15,91 ha;  
c) Poligonal da área de preservação do Córrego Capão Preto – área equivalente a 180,55 ha.

Há conflito de interesses na destinação da ARIE Granja do Ipê, embora esta seja uma Unidade de Conservação: disputa pela posse da terra, omissão do Governo do DF na validação do Zoneamento Ambiental, na implantação do Plano de Manejo muito embora tenha sido elaborado um Zoneamento Ambiental e um PRAD (revisado no ano de 2011, incluindo diretrizes de manejo da ARIE) contratado pelo próprio GDF através do Departamento de Estradas e Rodagem e pela Semarh.

#### IV. QUANTO À COMUNIDADE

Como dissemos anteriormente, a comunidade decidiu se organizar melhor no ano de 2012, e criou o “**Movimento Diálogos da Comunidade da Arie Granja do Ipê – por uma gestão participativa**”, com vistas a fortalecer um movimento de resistência aos desvirtuamentos decorrentes da pressão para parcelamento urbano.

. **Conquistamos em Agosto 2013** a publicação no Diário Oficial do Distrito Federal, pelo IBRAM, o Ato Normativo do Zoneamento Ambiental da Arie 164/2013 e o correspondente Plano de Manejo. O Movimento Diálogos da Arie inicia um novo momento, no qual definirá os mecanismos e instrumentos prioritários através de Programas e Projetos a serem desenvolvidos pela Comunidade. Sem dúvida um portal de realizações se anuncia!

. **Conquista em 2014**

- . A permanência da Polícia Ambiental na ARIE, mediante cessão de terra pela SPU à corporação. A Companhia recebe Projeto de Arquitetura para iniciar as obras assim que receber as terras oficialmente.
- . A saída de 100 famílias que invadiram a ARIE comandadas pela FETRAFE, em total paz e sem confrontos maiores numa experiência real da “Arte de Viver o Conflito”.
- . Início da implementação do Plano de Manejo.

**. 2015 aos dias atuais : Objetivos fundamentais em marcha:**

Foi de fundamental importância o Movimento se mobilizar e conquistar a criação do Conselho Gestor da ARIE. O objetivo era a implantação de uma nova relação entre o poder público e a cidadania organizada, através de instrumentos que possam aproximar as partes para uma consciência de corresponsabilidades e envolvimento.

O CONSELHO GESTOR DA ARIE GRANJA DO IPE, contou para sua efetivação com a ativa participação da comunidade que está cada vez mais consciente da relevância de seu exercício de cidadania. Estamos fortalecendo o **Movimento Diálogos da Comunidade da Arie Granja do Ipê – por uma gestão participativa** e este propósito vem desenhando que cada vez mais fortemente se estruture e organize instâncias de diálogo que envolva Governo, Sociedade Organizada, Terceiro Setor, Academia e outros atores em um fórum de expressão de cidadania consciente. Instâncias como o **Conselho Gestor da ARIE**, poderá ser essa figura. Cada vez mais os entendimentos sobre as responsabilidades na gestão apontam para a necessidade da participação das partes numa composição de corresponsabilidade, onde sejam respeitadas as atribuições e as potencialidades subjacentes às mesmas. A filosofia apontada pelo Relatório Bundtland , de “pensar globalmente e agir localmente” no caso da realidade atual da ARIE Granja do Ipê é a experiência concreta do equívoco na falta de ação, ou como o poder público não deve agir para cuidar da terra. Visto estarmos na iminência de uma situação de conflito que pode ser evitada.

A falta de transparência e clareza no encaminhamento da gestão das terras por parte das políticas públicas é um entrave e um grande desafio a ser enfrentado, apesar de toda a realidade de Brasília como Patrimônio da Humanidade, pela situação da região e sua importância para a Bacia do Paranoá, por pertencer a APA do Planalto Central, e de todos os respaldos legais aos quais nos referimos acima.

Trazemos aqui a **Carta da Terra**, que assim expressa:

...“Terra, Nosso Lar.

*A humanidade é parte de um vasto universo em evolução. A Terra, nosso lar, está viva com uma comunidade de vida única. As forças da natureza fazem da existência uma aventura exigente e incerta, mas a Terra providenciou as condições essenciais para a evolução da vida.*

*A capacidade de recuperação da comunidade da vida e o bem-estar da humanidade dependem da preservação de uma biosfera saudável com todos seus sistemas ecológicos, uma rica variedade de plantas e animais, solos férteis, águas puras e ar limpo. O meio ambiente global com seus recursos finitos é uma preocupação comum*

*de todas as pessoas. A proteção da vitalidade, diversidade e beleza da Terra é um dever sagrado.”...*

Assim, os instrumentos e mecanismos de resistência aos desvirtuamentos decorrente da pressão urbana, para a ARIE Granja do Ipê, que identificamos e denunciemos precisam ser aplicados, como forma de expressar o ato de cuidar da terra, e de preservá-la para que a nossa própria sobrevivência e a de gerações futuras possa persistir. A COMUNIDADE ESTÁ FAZENDO A SUA PARTE!

Alguns parceiros são fundamentais e possuem instrumentos para somar na preservação da ARIE, além da SPU, do IBRAM e Secretaria de Meio Ambiente, e de parlamentares distritais e federais naturalmente:

- O IPHAN é um órgão de fundamental importância para que o Sítio Arqueológico tenha seu reconhecimento e abra a possibilidade de outros desvelamentos quanto à ancestralidade antropológica desta região. A Mesa JK, embora possua outro significado por ser mais recente (início da construção da capital federal), traz aspectos relevantes para a Memória da Cidade, e pode ser reconhecida como Patrimônio Histórico de Brasília. Há ainda a sede da UNIPAZ-DF, como já citada, a terceira Universidade da Paz no mundo, reconhecida pela ONU, e tendo o trabalho do professor Pierre Weil, fundador da Unipaz, “A arte de viver em paz” sido premiado pela UNESCO.

- A ANA e a ADASA podem ser grandes parceiros de preservação da ARIE, pois cada qual tem meios de proteger o manancial hídrico existente na ARIE, que é de extrema relevância para a Bacia do Paranoá.

- O Instituto Histórico e Geográfico tem na ARIE um potencial de estudo e pesquisa fantásticos, a Universidade de Brasília e outras Academias.

- O Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS) da UnB pode trazer a força e somar com a comunidade no intuito de preservar a Unidade, e desenvolver com a comunidade projetos sustentáveis, de Responsabilidade Social e Ambiental.

Que possamos estabelecer uma relação harmoniosa e com clareza de propósitos entre os diferentes atores que compõem a comunidade da ARIE Granja do Ipê. Há informações desencontradas entre os poderes públicos para a comunidade, o que vem engendrando desconfiança, medo e conflito. A comunidade está se articulando, e mobilizando-se através de ações com a UNIPAZ para que possamos encaminhar as questões tendo como suporte e lastro uma cultura de paz e não violência. Este é nosso anseio: estar em paz uns com os outros e com a natureza, respeitando-a e preservando-a.

A Universidade da Paz – UNIPAZ, a Fundação Cidade da Paz, a Associação dos Produtores Agrovila, a Secretaria de Agricultura – SEAGRI, como componentes do Movimento Diálogos da Comunidade da ARIE Granja do Ipê, representando aqui seus participantes e colaboradores, espera que o Ministério Público do Distrito Federal acate nossa argumentação, verifique os fatos e finalmente apoie o nosso Movimento que é legítimo e visa cuidar do DF para o momento e para as gerações futuras, já que as águas que correm na ARIE são fundamentais para a Bacia do Paranoá, e o bioma Cerrado com sua vegetação e animais presentes na Unidade de Conservação merecem todo direito à vida.

É a convergência da cidadania consciente que poderá realizar a Brasília sustentável que desejamos, honrando o slogan “Brasília, capital da paz”.



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
**SECRETARIA LEGISLATIVA**

**DISTRIBUIÇÃO DE INDICAÇÃO**

Ao Setor de Protocolo Legislativo – SPL para as devidas providências e, em seguida, ao Setor de Apoio às Comissões Permanentes – SACP, para encaminhamento para análise de mérito.

- |  |  |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> CCJ (art. 63/RICLDF)      | <input type="checkbox"/> CAF (art. 68/RICLDF)                    |
| <input type="checkbox"/> CEOF (art. 64/RICLDF)     | <input type="checkbox"/> CESC (art. 69/RICLDF)                   |
| <input type="checkbox"/> CAS (art. 65/RICLDF)      | <input type="checkbox"/> CSEG (art. 69-A/RICLDF)                 |
| <input type="checkbox"/> CDC (art. 66/RICLDF)      | <input checked="" type="checkbox"/> CDESCTMAT (art. 69-B/RICLDF) |
| <input type="checkbox"/> CDDHCEDP (art. 67/RICLDF) | <input type="checkbox"/> CFGTC (art. 69-C/RICLDF)                |
|  | <input type="checkbox"/> CTMU (art. 69-D/RICLDF)                 |

Em 19/09/2019 16:13

**Lucas Demetrius Kontoyanis**  
Assessor Especial

Setor Protocolo Legislativo  
IND N° 24591/2019  
Folha N° 15